



**Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da
Amazônia - RIOTERRA**

CNPJ: 03.721.311/0001-38

Porto Velho – Rondônia – Brasil

**Relatório dos Auditores Independentes Sobre as
Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de Dezembro
de 2018**

PRODUTO Nº 02

Aparecida de Goiânia – GO, 26 de Junho de 2019.

Aos Administradores do
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia - RIOTERRA
CNPJ: 03.721.311/0001-38
Porto Velho – Rondônia – Brasil
At.: Diretoria

Prezado Senhores,

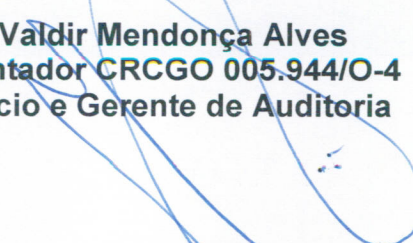
Vimos pelo presente encaminhar o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais de Uso Geral, conforme entendimentos contidos na Resolução CFC NBCTA700 de 17/06/2016 que aprova a emissão do Relatório do Auditor Independente sobre Demonstrações Financeiras Individuais, com atendimento dos aspectos contidos nas legislações inerentes às operações de entidades reguladas pelo Terceiro Setor, correspondente ao exercício encerrado em 31/12/2018.

Sendo só o que se apresentava para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-GO Nº. 000.757/O-6
CNPJ 26.678.045/0001-03 – CVM 6971


Arnaldo Marinho de Oliveira
Sócio
Contador CRC GO 004861/O-5


Valdir Mendonça Alves
Contador CRCGO 005.944/O-4
Sócio e Gerente de Auditoria

SUMÁRIO

01. RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
02. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS de 31/12/2018:
 - 02.1. Balanço Patrimonial.
 - 02.2. Demonstração do Superávit/Déficit do Exercício.
 - 02.3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
 - 02.4. Demonstração do Fluxo de Caixa
 - 02.5. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

I – RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do

Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia - RIOTERRA

CNPJ: 03.721.311/0001-38

Porto Velho – Rondônia – Brasil

At.: Diretoria

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia - RIOTERRA**, levantado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas Demonstrações de Superávit e/ou Déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, para o exercício findo acima mencionado.

Em nossa opinião, exceto pelo comentado no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia - RIOTERRA**, em 31 de dezembro de 2018 e foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades do Terceiro Setor, notadamente as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade Resolução número 2015/ITG 2002(R1) que trata das Entidades sem Finalidade de Lucros; pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC; Lei 6.404/76 alterada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, Lei 9.790/99 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, em conformidade ainda com o disposto nas Resoluções CFC NBCTA, que normatizam os aspectos

inerentes aos Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

Base para opinião com ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

De acordo com as análises da auditoria sobre a movimentação do ano de 2018 e sua apresentação nas peças contábeis, cabe ressaltar os seguintes aspectos:

1. Constatamos nas Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas apresentadas, que a entidade não realizou o teste da “REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS” e não foi feito os levantamentos e avaliações para mensuração do Custo Atribuído de seus bens, sendo tal procedimento requerido no Pronunciamento CPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, NBC TG 01, (IAS 36 do IASB), aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1292/10, que trata das normas brasileiras e internacionais de contabilidade, como condição essencial para a mensuração dos seus ativos e posterior teste de recuperabilidade dos ativos.
2. Em análise as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, e quanto a estrutura do plano de contas da entidade, constatamos que a mesma não contempla as modificações introduzidas pelas Lei 11.638/2007, Lei 11.941/2009 e a NBC ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, de 02/09/2015.
3. Verificamos na contabilidade na conta nº “110101001 – caixa”, um saldo em 31/12/2018 no valor de R\$ 3.526,62 (três mil, quinhentos e vinte e seis reais e sessenta e dois

centavos), que não existe o “*termo de conferência de caixa/boletim de caixa*” e o saldo -é proveniente de períodos anteriores, impedindo-nos de opinar sobre o mesmo.

4. De acordo com a metodologia utilizada pela contabilidade da entidade, os recursos recebidos de entidades que possuem a natureza de Recursos Com Restrição – Projetos, estão sendo contabilizados em sua maioria diretamente em receitas da entidade, bem como os rendimentos financeiros dos mesmos, sendo que tais recursos devem inicialmente serem contabilizados no Passivo da Entidade, com a nomenclatura de RECURSOS A APLICAR COM RESTRIÇÃO e somente sendo levados ao resultado na medida dos gastos efetivados, pois dos seis contratos existentes, apenas dois foram escriturados de acordo com as normas.

Principais Assuntos de Auditoria - PAA

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações Contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

A Administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem também as prestações de contas dos seguintes projetos:

- **Projeto Quintais Amazônicos/RIO/TERRA/BNDES**, Contrato nº 13.2.0828.1, com ações nos municípios de Itapuã do Oeste, Cujubim e Machadinho do Oeste/RO, finalizado em março de 2018;
- **Projeto PLANTAR RONDÔNIA/RIOTERRA/BNDES**, Contrato nº 17.2.0731.1, com ações nos municípios de Itapuã do Oeste, Cujubim, Rio Crespo, Machadinho D`Oeste, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Presidente Médici, Novo Horizonte, Castanheiras e Rolim de Moura;
- **Projeto Semeando Sustentabilidade/Petrobras** – Contrato nº 5850.0108259.18.2, com ações nos municípios de Porto Velho, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Rio Crespo e Cujubim;
- **Projeto de Acesso à Energia e Uso Sustentável**, MISEREOR – Contrato nº 233.094-1018 ZG, com ações nos municípios de Itapuã do Oeste, Cujubim e Machadinho do Oeste/RO;
- **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** – Contrato de repasse da União Federal, por meio do **Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA** n. 315.362/48/2009/MDA/CAIXA de 31/12/2009 – Convênio SICONV 727742
- **Projeto Redd+ Resex Rio Preto Jacundá** – Associação Asmorex, com ações no município de Machadinho do Oeste/RO.

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31/12/2017, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores, tendo sido emitido Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, sem ressalvas e com ênfase, datado de 16/03/2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

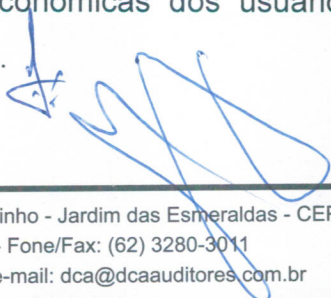
A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a Lei 6.404/1976, atualizada pelas Leis 11.638 e 11.941, Lei 9.790/99 bem como pelas normas aplicáveis às entidades do terceiro setor, mencionadas no parágrafo de opinião e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.


Sempre que requerido, comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, via relatório circunstanciado das ocorrências nos trabalhos do período, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aparecida de Goiânia – GO, 19 de Junho de 2019.

DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-GO Nº. 000.757/O-6
CNPJ 26.678.045/0001-03 – CVM 6971



Arnaldo Marinho de Oliveira
Sócio
Contador CRC GO 004861/O-5



Valdir Mendonça Alves
Contador CRCGO 005.944/O-4
Sócio e Gerente de Auditoria

**II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS ENCERRADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

CENTRO DE ESTUDOS DA CULT. E MEIO AMB. DA AMAZONIA RIO TERF

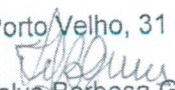
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE
2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO

(Valores em Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE		
Caixa	3.526,62	3.525,62
Bancos conta movimento	8.188,07	22.327,45
Aplicações financeiras	1.262.834,00	1.337.477,26
Contas a Receber	52.364,66	1.374,66
Impostos a Recuperar	5.238,86	395,25
Adiantamentos a Fornecedores	110,06	
	<u>1.332.262,27</u>	<u>1.365.100,24</u>
 NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO		
Edifícios e Construções	697.872,77	697.872,77
Equip. Máquinas e Equipamentos	846.769,55	589.883,63
Veículos	1.999.351,09	664.936,00
Móveis e utensílios	87.017,18	77.018,18
Equip. de Processamento de dados	327.431,16	205.222,19
Depreciação acumulada	(1.525.132,41)	(961.369,05)
Software	41.586,88	41.586,88
Amortização acumulada	(41.586,88)	(41.586,88)
	<u>2.433.309,34</u>	<u>1.273.563,72</u>
 TOTAL DO ATIVO	<u><u>3.765.571,61</u></u>	<u><u>2.638.663,96</u></u>

Porto Velho, 31 de Dezembro de 2018.


Telva Barbosa Gomes
Diretora-Presidente


José Elio Bandeira
Tec. Cont. CRC-RO 562/O-4



CENTO DE EST. DA CULT. E MEIO AMB. DA AMAZONIA RIO TERRA


BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE
2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

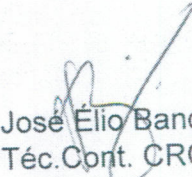
PASSIVO

(Valores em Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE		
Impostos e Contribuições	93.933,75	28.228,14
Ordenados e Salários a Pagar	0,74	79.087,35
Empréstimos à pagar projetos	50.365,10	375,10
Recursos de convênios a aplicar	740.319,24	930.073,88
	<u>884.618,83</u>	<u>1.037.764,47</u>
 PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Superávit (déficit) líquido do exercício	1.216.926,84	(20.745,52)
Patrimônio Social	1.664.025,94	1.621.645,01
	<u>2.880.952,78</u>	<u>1.600.899,49</u>
 TOTAL DO PASSIVO	<u><u>3.765.571,61</u></u>	<u><u>2.638.663,96</u></u>

Porto Velho, 31 de Dezembro de 2018.


Telva Barbosa Gomes
Diretora-Presidente


José Élio Bandeira
Téc. Cont. CRC 562/O-4-RO

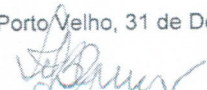


CENTRO DE EST. DA CULT. E MEIO AMB. DA AMAZONIA RIO TERRA
 DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS (DÉFICITS) DOS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores em Reais)

	2018	2017
RECEITAS		
PETROBRAS	406.300,82	874.323,88
BNDDES - PROJ. QUINTAIS AMAZONICOS	617.059,45	1.616.987,10
PROJETO MISEREOR	267.296,70	199.810,97
BIOFÍLICA		240.102,75
BNDDES - PROJ. PLANTAR	4.611.726,43	
DOAÇÕES RECEBIDAS PF	213,97	532,08
DOAÇÕES RECEBIDAS DE PJ		145,82
SERVIÇOS PRESTADOS PJ	493.049,12	92.660,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	106.678,43	80.884,88
DESCONTOS OBTIDOS	172,41	
GANHO NA VENDA DE BENS	31.451,10	
	6.533.948,43	3.105.447,48
 TOTAL DAS RECEITAS	6.533.948,43	3.105.447,48
 DESPESAS		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.808.461,68	1.327.689,83
DESPESAS COM PESSOAL	1.594.571,64	1.114.555,32
ENCARGOS SOCIAIS	608.410,97	428.769,80
UTILIDADES E SERVIÇOS	1.215.886,80	182.610,92
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	75.592,54	51.840,50
DESPESAS FINANCEIRAS	14.097,96	20.726,63
	5.317.021,59	3.126.193,00
 TOTAL DAS DESPESAS	5.317.021,59	3.126.193,00
 SUPERÁVIT (DÉFICIT) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.216.926,84	(20.745,52)

Porto Velho, 31 de Dezembro de 2018.


 Telva Barbosa Gomes
 Diretora-Presidente


 José Ello Bandeira
 Tec.Cont. CRC 562/O-4-RO





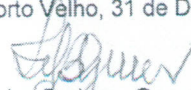
CENTRO DE ESTUDOS DA CULTURA E DO MEIO AMBIENTE DA AMAZONIA-RIO TERRA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores em Reais)

	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) líquido do exercício	1.216.926,84	(20.745,52)
Depreciação do exercício	647.293,67	248.766,97
Superávit (déficit) líquido do exercício ajustado	<u>1.864.220,51</u>	<u>228.021,45</u>
Variações no ativo		225.177,31
Impostos a Recuperar	(4.843,61)	
Contas a receber	(1.000,00)	
Empréstimos a Receber Projetos	(49.990,00)	(375,10)
Adiantamentos a Fornecedores	110,06	
	<u>(55.723,55)</u>	<u>(375,10)</u>
Variações no passivo		
Impostos e Contribuições	65.705,61	(16.378,24)
Ordenados e Salários a Pagar	(79.086,61)	(56.757,49)
Empréstimos a Pagar Projetos	49.990,00	375,10
Recursos de convênios a aplicar	<u>(189.754,64)</u>	<u>(274.088,98)</u>
	<u>(153.145,64)</u>	<u>(346.849,61)</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	1.655.351,32	(119.203,26)
FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativo imobilizado	<u>(1.855.358,98)</u>	<u>(56.225,75)</u>
Baixas de ativo imobilizado	131.850,00	
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(1.723.508,98)</u>	<u>(56.225,75)</u>
FLUXO DE CAIXA DE FINANCIAMENTOS		
Ajuste do Exercício	(20.623,98)	(5.728,35)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(88.781,64)</u>	<u>(181.627,70)</u>
Aumento (redução) do fluxo de caixa e equivalentes		
Saldo no início do exercício	1.363.330,33	1.544.958,03
Saldo no final do exercício	1.274.548,69	1.363.330,33
Aumento (redução) do fluxo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(88.781,64)</u>	<u>(181.627,70)</u>

Porto Velho, 31 de Dezembro de 2018


Telva Barbosa Gomes
Diretora-Presidente


José Ello Bandeira
Tec. Cont. CRC 562/0-4-RO



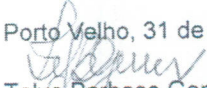
CENTRO DE ESTUDOS DA CULTURA E DO MEIO AMBIENTE DA AMAZONIA-RIO TERRA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores em reais)

	Superávits Acumulados	Superávit (Déficit) líquido do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.413.555,93		1.413.555,93
Ajustes devedores	(87.124,66)	-	(87.124,66)
Ajustes credores	5.278,60		5.278,60
Incorporação superávit de exercícios anteriores	289.935,14		289.935,14
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.621.645,01		1.621.645,01
Incorporação déficit exercício anterior	(20.745,52)		(20.745,52)
Superávit do exercício	1.216.926,84		1.216.926,84
Ajustes credores de exercícios anteriores	63.126,45		63.126,45
Déficit do exercício			-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>2.880.952,78</u>		<u>2.880.952,78</u>

Porto Velho, 31 de Dezembro de 2018.


Telva Barbosa Gomes
Diretora-Presidente


José Élio Bandeira
Téc.Cont. CRC 562/O-4-RO





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, constituída sob a forma de Associação, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, de âmbito nacional. Tem sede na cidade de Porto Velho (RO), à Rua Padre Chiquinho, 1651, Bairro São João Bosco.

Suas finalidades sociais são proporcionar aos seus associados e não associados:

- Cursos, competições esportivas, diversões e eventos, seja de caráter recreativo ou cultural;
- Promover o desenvolvimento de cursos, compras de equipamentos, confraternizações de associados e de seus familiares;
- Promover pesquisas independentes ou em parceria com Universidades Públicas ou Privadas, Centros de Pesquisas Governamentais ou Não Governamentais, bem como promover ajuda a órgãos ligados ao meio ambiente;
- Promover palestras, seminários e oferecer apoio na organização de eventos ligados ao meio ambiente que não sejam promovidos por este Centro;
- Prestar serviços de consultoria e assessoria sobre mergulho e meio ambiente;
- Desenvolver atividades educativas e de lazer que promovam o mais amplo relacionamento com a comunidade ou órgãos públicos e ou particulares, com associações e entidades de ensino;
- Promover intercâmbio entre instituições similares;
- Desenvolver o mergulho nas suas mais variadas formas e o ecoturismo;
- Desenvolver a prática de pesca subaquática como esporte e lazer;
- Prestação de serviços de recarga, salvatagem (resgate de objetos, serviço de limpeza e manutenção de equipamentos de mergulho, bem como a limpeza de balneários e rios diversos);

A Entidade tem seus recursos originados de convênios com entidades governamentais e não governamentais, estrangeiras e nacionais e poder público.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas tomando por base os aspectos contábeis específicos aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis aplicadas no Brasil.

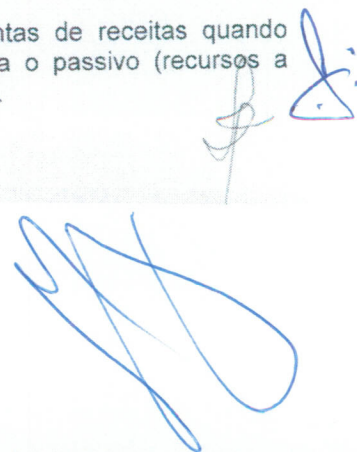
Na elaboração das demonstrações contábeis a entidade adotou as alterações introduzidas pelas leis nº. 11.638/2007 e 11.941/2009.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Registro das receitas e despesas

São registradas quando auferidas e incorridas, contemplando:

- Receitas de convênios, contabilizadas diretamente em contas de receitas quando repassadas pelos agentes financiadores e transferidos para o passivo (recursos a aplicar) os valores a serem aplicados em exercícios seguintes.



- Receitas decorrentes de aplicações financeiras, quando auferidas;
 - Despesas operacionais e com a execução dos projetos, quando efetivamente devidas.
- 3.2 *Ativos circulantes:* demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos financeiros e as variações monetárias auferidas.
- 3.3 *Investimentos em imobilizações:* demonstrados pelos custos das aquisições e deduzidos da depreciação acumulada calculada pelo método linear.
- 3.4 *Passivos circulantes:* demonstrados pelos valores devidos ou calculados. Saldo de convênio: 740.319,24.
- 3.5 O valor de 5.238,86 na conta impostos a recuperar refere-se a impostos pagos em duplicidade que serão compensados no exercício 2019 com o documento PERDCOMP da Receita Federal do Brasil.
- 3.6 O valor de 3.526,62 na conta caixa refere-se a valores em espécie.


4. ATIVO NÃO CIRCULANTE – IMOBILIZADO


	2018	2018	2017	2017
	Custos	Depreciação/Amort. Acumulada	Valor residual	Valor residual
Edifícios e Construções	697.872,77	193.332,04	697.872,77	153.785,96
Equipamentos, Máquinas e instalações	846.769,55	349.990,39	589.883,63	247.375,57
Veículos	1.999.351,09	812.448,15	664.936,00	442.308,94
Móveis e Utensílios	87.017,18	36.609,69	77.018,18	25.020,82
Equipamentos de Processamentos de dados	327.431,16	132.752,14	205.222,19	92.877,76
Software	<u>41.586,88</u>	<u>41.586,88</u>	<u>41.586,88</u>	<u>41.586,88</u>
	<u>4.000.028,63</u>	<u>1.566.719,29</u>	<u>2.276.519,65</u>	<u>1.002.955,93</u>

5. PATRIMÔNIO SOCIAL

Os superávits ou déficits operacionais apurados anualmente são incorporados à conta do Patrimônio Social, após a aprovação, pela Assembleia Geral, das prestações de contas apresentadas pela Coordenação e opinadas pelo Conselho Deliberativo. Patrimônio Líquido: 2.880.952,78.

Porto Velho, 31 de Dezembro de 2018.


Telva Barbosa Gomes
Diretora-Presidente


José Elio Bandeira
Técnico em Contabilidade
CRC/RO 562/O-4





**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE GO**

Certidão n.º: GO/2019/00018000
Nome: ARNALDO MARINHO DE OLIVEIRA CPF: 088.383.131-72
CRC/UF n.º GO-004861/O Categoria: CONTADOR
Validade: 25.09.2019
Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Confirme a existência deste documento na página www.crcgo.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : **088.383.131-72** Controle : **8811.9439.9753.9753**



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE GO

Certidão n.º: GO/2019/00018008
Nome: VALDIR MENDONCA ALVES CPF: 125.914.751-72
CRC/UF n.º GO-005944/O Categoria: CONTADOR
Validade: 25.09.2019
Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Confirme a existência deste documento na página www.crcgo.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : 125.914.751-72 Controle : 5616.5930.6244.6871